

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### 1. O Tribunal Superior do Trabalho:

- a) compõe-se de, no mínimo, dezessete Ministros;
- b) encontra sua competência no corpo da Constituição Federal;
- c) não poderá ser integrado por brasileiro naturalizado;
- d) encaminhará ao Presidente da República listas tríplices para preenchimento das suas vagas destinadas aos advogados e aos membros do Ministério Público;
- e) as alternativas c e d estão corretas.

### 2. Em relação às medidas provisórias

- I - é vedada sua edição sobre matéria reservada a lei complementar;
- II - sendo formalmente rejeitada, admite-se sua reedição apenas uma vez;
- III - sua votação será iniciada no Senado Federal;
- IV - por força da EC 32/01, aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.

- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) todas as alternativas estão incorretas;
- c) estão corretas apenas as alternativas I e III;
- d) estão corretas apenas as alternativas II e III;
- e) estão corretas apenas as alternativas I e IV.

### 3. A diferença entre competência exclusiva e competência privativa reside em que:

- a) a competência privativa é indelegável, sendo delegável a competência exclusiva;
- b) a competência exclusiva é indelegável, sendo delegável a competência privativa;
- c) lei ordinária poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas da competência legislativa exclusiva da União;
- d) a competência privativa somente poderá ser delegada nos casos previstos em lei ordinária, ficando a competência exclusiva sob disciplinamento de lei complementar;
- e) as alternativas a e d estão corretas.

### 4. Os Tribunais Regionais do Trabalho:

- a) compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos;
- b) terão membros do Ministério Público do Trabalho, escolhidos em lista tríplice pelo respectivo órgão de representação;
- c) serão constituídos por juízes do trabalho, escolhidos por promoção, alternadamente, por antiguidade e merecimento;
- d) terão advogados, dentre os seus membros, escolhidos em lista sêxtupla organizada pelo Conselho Federal da OAB;
- e) as alternativas b e c estão corretas.

### 5. As sentenças proferidas em sede de ação popular:

- I - somente são passíveis de recurso de ofício;
- II - são passíveis, quando ocorrer improcedência ou carência da ação, de recurso de ofício;
- III - acolhendo os pedidos contidos na petição inicial, admite-se recurso de terceiros e do Ministério Público;
- IV - diante de apelação voluntária, esta será recebida apenas no efeito devolutivo.

- a) todos os itens estão incorretos;
- b) apenas o item II está correto;
- c) os itens II e IV estão corretos;
- d) todos os itens estão corretos;

e) estão incorretos os itens II e IV.

6. Em relação ao mandado de segurança pode-se afirmar:

- a) a intervenção do Ministério Público mostra-se indispensável, sob pena de nulidade;
- b) a doutrina majoritária sustenta que o Ministério Público atua como parte autônoma;
- c) intimado pessoalmente, e não tendo o Ministério Público apresentado seu pronunciamento no prazo de 5 (cinco) dias, mostra-se defeso ao juiz proferir sentença;
- d) fica o juiz autorizado a proferir sentença quando o Ministério Público, após ter sido intimado pessoalmente, deixar escoar o prazo de 5 (cinco) dias para sua manifestação;
- e) as alternativas b e d estão corretas.

7. Sobre o controle de constitucionalidade por via de exceção é válido afirmar-se:

- a) não poderá ser suscitado perante a Justiça do Trabalho;
- b) o objeto da ação é o próprio vício de validade da norma, sendo a reparação de um direito lesado mero consectário;
- c) o “habeas corpus”, por sua feição constitucional específica, não pode ser utilizado para veicular a argüição de inconstitucionalidade;
- d) a sentença proferida no processo terá feição declaratória, produzindo efeitos “ex tunc” no que diz ao caso concreto;
- e) ao suspender a executividade da lei inconstitucional, o Senado, retirando sua eficácia, fará com que estes efeitos sejam produzidos “ex tunc”.

8. Em relação à inconstitucionalidade por omissão:

- I - sua função é reprimir a omissão por parte do Poder Legislativo, que agrida a Constituição;
- II - a competência, em nível federal, é do Supremo Tribunal Federal;
- III - o objeto da ação é o vício comissivo;
- IV - declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, o Poder Legislativo fica obrigado a legislar no prazo de 30 (trinta) dias.

- a) os itens I e IV estão corretos;
- b) apenas o item II está correto;
- c) os itens II e IV estão corretos;
- d) todos os itens estão incorretos;
- e) os itens II, III e IV estão corretos.

9. Sob perspectiva estritamente jurídica pode-se afirmar:

- a) mesmo as constituições costumeiras são marcadas pela sua supremacia material;
- b) somente a supremacia formal da constituição possui efetiva relevância;
- c) rigidez constitucional e supremacia formal da constituição são conceitos teleologicamente antagônicos;
- d) as leis ordinárias e as leis constitucionais não decorrem necessariamente da técnica de revisão constitucional;
- e) as alternativas a e b estão corretas.

10. Dentro das funções fiscalizatórias do Poder Legislativo, as Comissões Parlamentares de Inquérito ostentam as seguintes prerrogativas:

- a) oitiva de testemunhas, vedada a condução coercitiva;
- b) realização de requisição de documentos e busca de todos os meios de prova legalmente admitidos, exigindo-se, na hipótese de realização de perícias, a intervenção do Poder Judiciário;
- c) promover as rupturas dos sigilos bancário, fiscal e de dados;
- d) decretar medidas assecuratórias para garantir a eficácia de eventual sentença condenatória;
- e) determinar a interceptação telefônica.

11. Em relação aos “habeas corpus”, pode-se afirmar:

- a) O STF possui competência para processar e julgar originariamente os “habeas corpus” dirigidos contra os colegiados dos Tribunais Regionais Federais;

- b) O STF é competente para processar e julgar, originariamente, os “habeas corpus” quando o ato de coação emana de decisão colegiada de Tribunal Superior;
- c) O STJ é competente para processar e julgar originariamente apenas os “habeas corpus” dirigidos contra os colegiados dos Tribunais Regionais Federais;
- d) O juiz de primeiro grau detém competência para processar e julgar “habeas corpus” impetrado contra ato ilegal imputado a membro do Ministério Público.
- e) Estão corretas as alternativas b e d.

12. Na Federação Brasileira, em conformidade com o sistema de repartição de competências estabelecidas na Constituição Federal:

I – a lei federal é hierarquicamente superior à lei estadual, somente não prevalecendo se houver norma constitucional estadual no mesmo sentido;

II – não há hierarquia entre normas estaduais e federais, que devem ser elaboradas pelas Assembléias Legislativas ou pelo Congresso Nacional, conforme o caso, segundo a competência legislativa prevista para os Estados e para a União;

III – no âmbito da competência privativa da União para legislar, lei complementar federal poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias nele incluídas, sendo que, no âmbito da legislação concorrente, limita-se a competência da União ao estabelecimento de normas gerais que, se inexistentes, autorizam os Estados a exercer a competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades.

Analisando as proposições acima, pode-se afirmar que:

- a) Todas estão erradas;
- b) Todas estão corretas;
- c) Apenas as de números I e II estão corretas;
- d) Somente as de números II e III estão corretas;
- e) Estão corretas as de números I e III.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

13. Como regra geral, o recurso de apelação é recebido no duplo efeito: suspensivo e devolutivo. Na hipótese de o juiz, cometendo erro de técnica, julgar a ação cautelar e a ação principal na mesma sentença, a apelação que impugná-la relativamente a ambas as ações deve ser recebida:

- a) em seu duplo efeito: devolutivo e suspensivo;
- b) nos efeitos legais quanto à parte que impugnar a ação principal, que podem ser duplos (suspensivo e devolutivo), ou simples (apenas devolutivo), e no efeito apenas devolutivo, quanto à parte que impugnar a cautelar;
- c) apenas no efeito devolutivo, por preponderar a tutela de urgência que marca o processo cautelar;
- d) no efeito que a situação concreta recomendar;
- e) nos efeitos devolutivo e suspensivo, devendo o juiz observar a exigência constitucional da motivação do seu convencimento.

14. Dependem de prova os fatos:

- a) afirmados por uma parte e confessados extrajudicialmente pela parte contrária;
- b) em cujo favor milita presunção legal de existência de veracidade;
- c) admitidos, no processo, como incontroversos;
- d) apresentados por uma parte e rebatidos pela outra;
- e) notórios.

15. Observe as alternativas abaixo:

I - segundo o princípio da taxatividade, somente serão recursos aqueles expressamente determinados e regidos pelo Código de Processo Civil;

II - em função do princípio da proibição da “reformatio in pejus”, a interposição do recurso não pode piorar a condição da parte;

III - a regularidade formal, a tempestividade e o cabimento inserem-se no rol dos pressupostos recursais extrínsecos;

IV - o efeito devolutivo é o que atribui ao juízo recursal o exame da matéria analisada pelo órgão jurisdicional recorrido;

V - o chamado efeito translativo se opera ainda que sem expressa manifestação de vontade do recorrente.

- a) todas as proposições estão corretas;
- b) estão corretas apenas as proposições I, II e IV;
- c) estão corretas apenas as proposições II, IV e V;
- d) estão incorretas apenas as proposições I, III e V;
- e) estão incorretas apenas as proposições II e III.

16. Assinale a alternativa que não guarda pertinência com a disciplina constitucional e legal dada ao mandado de segurança:

- a) se a prova ofertada com o pedido de mandado de segurança mostra-se insuficiente, impõe-se o encerramento do processo, assegurando-se a renovação do pedido;
- b) falecendo o impetrante, os seus herdeiros poderão habilitar-se naturalmente no processo;
- c) pessoa jurídica de direito público pode impetrar mandado de segurança;
- d) a competência para julgar o mandado de segurança se define pela categoria da autoridade coatora e pela sua sede funcional;
- e) tratando-se de sentença concessiva de mandado, em regra, o recurso de apelação deve ser recebido somente no efeito devolutivo.

17. Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para:

- a) pagar o débito no prazo de 5 (cinco) dias ou nomear bens à penhora;
- b) opor embargos em 30 (trinta) dias;
- c) opor embargos em 30 (trinta) dias, com prévia segurança do juízo;
- d) opor embargos em 10 (dez) dias, dispensada a prévia segurança do juízo;
- e) reservar crédito no seu orçamento com vistas ao futuro precatório.

18. Analise os itens a seguir, sobre a citação:

I - a citação pelo correio é o meio padrão no processo civil, admitindo-se essa modalidade para qualquer tipo de feito;

II - a citação por oficial de justiça somente deve ser utilizada quando frustrada a citação pelo correio;

III - a citação por edital é a forma típica de citação ficta;

IV - a realização escorreita da citação produz efeitos no plano processual e no âmbito das relações materiais;

V - o juiz da causa não pode determinar a citação pelo correio de réu domiciliado em outra comarca, sendo exigida neste caso a expedição de carta precatória.

- a) todas as proposições estão corretas;
- b) estão corretas apenas as proposições I, II, III e IV;
- c) estão incorretas as proposições II, IV e V;
- d) estão corretas as proposições III e IV;
- e) estão corretas as proposições I, II e III.

19. Sobre a antecipação dos efeitos da tutela pode afirmar-se:

I - o provimento que a concede ou nega possui feição de sentença, sujeitando-se ao recurso de apelação;

II - sua função precípua é assegurar o resultado prático do processo;

III - destina-se a assegurar a viabilidade da realização do direito afirmado pelo autor;

IV - o ato que a concede ou nega é decisão interlocutória desafiando recurso de agravo;

V - tem por objetivo conceder, de forma antecipada, o próprio provimento jurisdicional pleiteado.

- a) estão corretas as proposições I, III e V;
- b) estão corretas as proposições IV e V;
- c) estão corretas as proposições III, IV e V;

- d) estão corretas as proposições II e IV;
- e) estão incorretas as proposições I, III e IV.

20. Analise as proposições abaixo:

- I - o juiz pode limitar o litisconsórcio facultativo, quanto ao número de litigante, por mero despacho;
- II - o exame pelo juiz dos pressupostos de admissibilidade da apelação deverá se feito no ato de recebimento do recurso, facultado o reexame após a resposta do apelado;
- III - o sistema faculta ao juiz rever de ofício decisões interlocutórias irrecuráveis se concernentes exclusivamente aos pressupostos processuais;
- IV - o juiz de ofício, para o cumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer, poderá fixar “astreintes” apenas na fase de execução.

- a) todas as proposições estão incorretas;
- b) todas as proposições estão corretas;
- c) as proposições I e IV estão corretas;
- d) as proposições II e III estão corretas;
- e) apenas a proposição II está correta.

21. Analise as proposições abaixo:

- I - atuando como custos legis (CPC, art. 82), o Ministério Público ostenta legitimidade para argüir a incompetência relativa;
- II - dentro da lógica do nosso sistema jurídico-processual, não se mostra defeso ao autor argüir a incompetência relativa;
- III - segundo a corrente jurisprudencial majoritária, o juiz pode declarar de ofício a incompetência relativa, desde que o faça em sua primeira intervenção no processo;
- IV - a incompetência relativa deve ser argüida por meio de exceção, sob pena de preclusão, constituindo-se, todavia, mera irregularidade a apresentação da exceção de incompetência como preliminar da contestação, desde que não ocorra oposição do autor.

- a) todas as proposições estão corretas;
- b) todas as proposições estão incorretas;
- c) apenas a proposição IV está correta;
- d) as proposições I e III estão corretas;
- e) as proposições II e IV estão corretas.

22. Segundo a doutrina dominante:

- a) a ação é dirigida contra o Estado e contra o adversário, exigindo-se a intervenção de juiz imparcial;
- b) a ação insere-se no rol dos direitos subjetivos;
- c) a ação é dirigida apenas contra o Estado;
- d) a ação é direito que depende da existência de um direito subjetivo material, sendo, por determinação constitucional, instrumental;
- e) estão corretas as alternativas b e c.

23. Assinale a alternativa correta:

- a) a imparcialidade do juiz constitui o princípio informativo mais relevante do processo;
- b) a imparcialidade do juiz é, ao mesmo tempo, princípio processual e direito subjetivo;
- c) a relação de subordinação que se apresenta no processo entre as parte e o juiz não depende da imparcialidade do juiz;
- d) o direito ao juiz imparcial encontra abrigo na Constituição Federal;
- e) as alternativas b e d estão corretas.

24. Sobre os princípios gerais ou fundamentais do processo civil é correto afirmar-se:

- a) encontram-se previstos exclusivamente nos Códigos Processuais;
- b) representam um ideal de aperfeiçoamento perseguido pelo Estado-legislador, pelo técnico e pelo cientista do direito processual;

- c) são sempre concretizados pela atuação do Estado-Juiz;
- d) estão previstos nos Códigos Processuais e expressos ou implícitos nas Constituições de quase todos os países;
- e) as alternativas b e d estão corretas.

25. Verificando a incapacidade processual, o juiz:

- a) sem suspender o processo, marcará prazo para ser sanado o defeito;
- b) promoverá a extinção do processo na forma do CPC, art. 267, IV;
- c) suspendendo o processo, marcará prazo razoável para ser sanado o defeito. Não sendo cumprido o despacho, se a providência couber ao réu, reputar-se-á revel;
- d) nomeará curador especial;
- e) suspenderá o processo, aguardando o pronunciamento da parte interessada pelo prazo de 1 ( um ) ano, após o que o processo será extinto.

26. As hipóteses de caracterização objetiva de litigância de má-fé :

- a) estão arroladas em “numerus clausus” no Código de Processo Civil (art. 17);
- b) podem ser ampliadas, levando em conta o prudente arbítrio do juiz;
- c) não podem ser aplicadas em processos regulados por leis extravagantes;
- d) podem ser conhecidas de ofício pelo juiz ou tribunal;
- e) estão corretas alternativas a e c.

27. Extingue-se o processo sem julgamento do mérito:

- a) quando as partes transigirem;
- b) quando o juiz pronunciar a decadência;
- c) quando o juiz pronunciar a prescrição;
- d) quando o autor desistir da ação;
- e) quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

28. Assinale a alternativa correta:

- a) o poder regulamentar, em caso de relevância e urgência, admite delegação pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) os regulamentos são regras jurídicas gerais, concretas, impessoais, em desenvolvimento da lei, referente à organização e ação do Estado;
- c) editadas pelo Poder Executivo, os regulamentos têm por objetivo o cumprimento da lei, preenchendo lacunas de ordem prática o técnica porventura existentes;
- d) se a interpretação administrativa da lei, que vier a consubstanciar-se em decreto executivo, divergir do sentido e do conteúdo da norma legal que o ato secundário pretendeu regulamentar, a questão caracterizará típica crise de inconstitucionalidade, por ofensa ao art. 84, IV, da Constituição Federal, cuja apreciação somente será possível em sede jurisdicional concentrada;
- e) o regulamento poderá, em caso de relevância e urgência, assim explicitados pelo Poder Executivo, criar obrigações diversas das previstas em disposição legislativa. 29. Segundo a Lei 8.429/92, pode-se afirmar que:

- a) somente o servidor público pode enquadrar-se como sujeito ativo da improbidade administrativa;
- b) os membros da Magistratura, do Ministério Público e do Tribunal de Contas não podem ser incluídos como sujeitos ativos, por desfrutarem da prerrogativa da vitaliciedade;
- c) mesmo um particular que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele de beneficie direta ou indiretamente sofre a incidência da lei;
- d) os mesários em eleição e os jurados não podem figurar no rol dos sujeitos ativos da conduta tida por atentatória da probidade;
- e) os servidores celetistas dos entes governamentais, enquanto perdurar esse vínculo, não podem ser sujeitos às sanções decorrentes da improbidade administrativa.

30. Com relação aos bens públicos, pode-se afirmar:

I - o transcurso do tempo, dependendo de situações concretas, pode resultar em apropriação por terceiros;  
II - segundo a Constituição Federal, mostra-se defeso a incidência de execução forçada sobre os bens públicos;  
III - a Constituição Federal veda, atualmente, apenas o usucapião de imóveis públicos situados em zona urbana;  
IV - a inalienabilidade não se apresenta em caráter absoluto, existindo leis que disciplinam a alienação de bens públicos.

- a) todas as proposições estão corretas;
- b) todas as proposições estão incorretas;
- c) apenas a proposição II está correta;
- d) estão corretas as proposições II e IV;
- e) estão corretas as proposições I e II.

31. Sobre o direito de greve é correto afirmar-se:

- a) o preceito constitucional que reconhece o direito de greve do servidor público civil constitui norma de eficácia plena;
- b) o preceito constitucional que reconhece o direito de greve ao servidor público civil constitui norma de eficácia limitada, desprovida, em consequência, de auto-aplicabilidade, razão pela qual, para atuar plenamente, depende da edição da lei complementar exigida pelo próprio texto da Constituição;
- c) o preceito constitucional que reconhece o direito de greve ao servidor público civil constitui norma de eficácia meramente limitada, desprovida, em consequência, de auto-aplicabilidade, razão pela qual, para atuar plenamente, depende da edição de lei ordinária exigida pelo próprio texto da Constituição;
- d) o Poder Judiciário pode assegurar ao servidor público civil o exercício do direito de greve, tendo em consideração o princípio da razoabilidade;
- e) segundo reiterados pronunciamentos do STF, a ausência de lei não tem o condão de abolir o direito de greve reconhecido pela Constituição em favor do servidor público civil, devendo-se, por analogia, invocar preceitos da lei referente à greve dos trabalhadores do setor privado (Lei 7.783/89).

32. Sobre a autarquia não é correto afirmar-se:

- a) a autarquia, por tratar-se de um prolongamento do Poder Público, deve executar serviços próprios do Estado;
- b) a autarquia, por atuar em condições idênticas às do Estado, é entidade estatal;
- c) a instituição das autarquias faz-se por lei específica;
- d) as proibições de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções atingem também os servidores das autarquias;
- e) dedicando-se à exploração de atividade econômica, impõe-se-lhe, nas relações de trabalho com os seus empregados, o mesmo regime das empresas privadas.

33. Sobre a invalidação dos atos administrativos pode-se afirmar:

- a) em face de ato administrativo contaminado por vício de legalidade, a Administração, na hipótese de ocorrer interesse público, poderá anulá-lo;
- b) a invalidação opera efeitos “ex tunc”;
- c) o ato nulo, em casos excepcionais, conforme sumulado pelo STF, pode redundar na criação de direitos;
- d) não incide a prescrição com relação aos atos administrativos inválidos;
- e) encontram amparo legal os pedidos formulados à Administração ou ao Poder Judiciário por interessados que comprovem terem sofrido os efeitos de ato administrativo nulo anterior.

34. Sobre a responsabilidade civil da Administração no Direito Brasileiro, pode-se afirmar:

- a) predomina, ainda, a teoria subjetiva da culpa;
- b) a Constituição Federal consagra a responsabilidade civil objetiva, sob a modalidade do risco integral;
- c) quanto aos atos judiciais, a Fazenda Pública responde independentemente da comprovação de culpa manifesta na sua expedição;
- d) a constituição Federal consagra a responsabilidade civil objetiva, sob a modalidade de risco administrativo;

e) mesmo que a vítima tenha contribuído com culpa ou dolo para o evento danoso, a Fazenda Pública não poderá eximir-se da obrigação de indenizar.

35. Em algumas situações, a Administração Pública pratica atos típicos do Direito Privado para alcançar suas finalidades. Nesses casos:

- a) em face da supremacia do interesse público, a Administração permanece ostentando suas prerrogativas;
- b) a Administração coloca-se no mesmo plano dos particulares;
- c) fica o Poder Público dispensado de quaisquer exigências, inclusive autorização legislativa
- d) a Administração, fundada no interesse público, poderá revogá-lo ou anulá-lo por ato unilateral;
- e) fica excluída a prerrogativa de foro para as ações correspondentes.

36. Analise as proposições abaixo:

I – certos elementos do ato administrativo, como a competência e a finalidade, são sempre vinculados;  
II – no ato vinculado, todos os elementos vêm definidos na lei; no ato discricionário, alguns elementos vêm definidos na lei, com precisão, e outros são deixados à decisão da Administração;  
III – mostra-se defeso o controle judicial sobre os atos discricionários;  
IV – a atividade discricionária pode ser exercida sem que exista lei pormenorizando a intervenção da autoridade administrativa:

- a) todas as proposições estão corretas;
- b) apenas a proposição II está correta;
- c) as proposições II e IV estão incorretas;
- d) as proposições I e II estão corretas;
- e) as proposições I, II e IV estão corretas;

37. Assinale a alternativa incorreta:

- a) a conduta do agente que se vale da publicidade oficial para realizar promoção pessoal contraria o princípio da moralidade administrativa;
- b) o princípio da razoabilidade acrescentado à constituição Federal pela EC 19/98, impõe a observância do critério de adequação entre meios e fins, preservando o sentido de coerência lógica nas decisões e medidas administrativas;
- c) o princípio da eficiência, incorporado ao caput do art. 37 da Constituição Federal, significa que a Administração deve agir de modo rápido e preciso, exigindo-se sua compatibilização com o princípio da legalidade;
- d) a publicidade, como princípio de administração pública, atinge toda atuação estatal;
- e) o princípio da moralidade administrativa formou-se a partir do princípio da “legalidade”, ao qual se acrescentou como conteúdo necessário à realização efetiva e eficaz da Justiça material, a legitimidade do Direito.

38. Sobre a auto-executoriedade é correto afirmar-se:

- a) no Direito Administrativo, a auto-executoriedade alcança todos os atos administrativos;
- b) não obstante a regra do art. 5º, LV, da Constituição Federal, a auto-executoriedade perdura em nosso Direito como atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública;
- c) a decisão executória não dispensa a Administração, nos casos previstos em lei, de buscar a intervenção do Poder Judiciário;
- d) a pessoa que se sentir lesada pelo ato administrativo, na hipótese de ter sido legítimo a auto-executoriedade, não pode submeter a matéria ao controle judicial;
- e) as alternativas b e c estão corretas.

## DIREITO PENAL

39. O conceito de funcionário público, para fins penais:

- a) não atinge os titulares de tabelionato;
- b) só atinge os auxiliares dos tabelionatos;



- c) atinge tanto os titulares quanto os auxiliares do tabelionato;
- d) não atinge os titulares e os auxiliares do tabelionato em face do art. 236 da Constituição Federal;
- e) somente atinge os titulares de tabelionatos aprovados em concurso público.

40. Marque a alternativa correta.

- a) Configura crime contra a liberdade de trabalho constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria, ou a exercê-las contra disposição legal, ou a trabalhar ou a não trabalhar durante certo período ou em determinados dias.
- b) Configura crime de atentado contra a liberdade de associação constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a participar ou deixar de participar de determinado sindicato ou associação profissional.
- c) Configura crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho, cuja pena é de detenção, de um a dois anos, e multa, além da pena correspondente à fraude ou violência. Incorre na mesma pena quem obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida, e, ainda, quem impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio de retenção de seus documentos pessoais ou contratuais.
- d) Configura crime recrutar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional.
- e) Configura crime de apropriação indébita previdenciária deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo de forma legal ou convencional. Configura crime de falsidade ideológica anotar em carteira de trabalho e previdência social ou registro de empregado, ou confessar ou declarar em juízo, data de admissão ou dispensa do emprego diversa da verdadeira.

#### DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

41. Assinale a alternativa correta:

- a) O Tratado Internacional é um acordo formal celebrado por Estados Soberanos, pelas organizações internacionais, pela empresas privadas, pelos beligerantes, pela Santa Sé, além de outros entes internacionais.
- b) O Tratado Internacional, no seu processo de conclusão, atravessa apenas pelas seguintes fases: negociação, assinatura, ratificação, promulgação e publicação.
- c) Compete privativamente ao Senado Federal celebrar tratados, convenções e atos internacionais.
- d) São formas de extinção do Tratado Internacional: Execução integral do tratado, Condição Resolutória, Caducidade, Guerra, Denúncia Unilateral, dentre outras.
- e) Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

42. Sobre a Organização Internacional do Trabalho, marque a afirmação verdadeira:

- a) É um órgão supremo, que elabora a regulamentação internacional do trabalho e é composto de quatro órgãos: 1) Conferência Internacional do Trabalho- CIT, 2) Conselho de Administração- CA, 3) Repartição Internacional do Trabalho RIT ou Bureau Internacional do Trabalho- BIT e 4) Conselho de Segurança e Prevenção do Trabalho- CSPT;
- b) Os membros da OIT reúnem-se três vezes por ano no intuito de adotar e resolver as questões atinentes às convenções, recomendações e resoluções internacionais;
- c) Dentre as principais Convenções Internacionais ratificadas pelo Brasil, destaca-se: idade mínima dos menores nos trabalhos industriais, férias anuais remuneradas, proteção à maternidade, política de emprego, licença remunerada para estudos e proteção do salário;
- d) Possui a recomendação maior hierarquia e eficácia jurídica que a convenção.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

#### DIREITO CIVIL

43. Marque a resposta incorreta.

- a) Considera-se empresário, unicamente, segundo a designação legal vigente, quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens.

- b) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento da empresa.
- c) Na sociedade limitada a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- d) Uma das causas de dissolução, de pleno direito, da sociedade empresária, consiste na falência.
- e) São características da sociedade cooperativa, entre outras previstas em lei: variabilidade ou dispensa do capital social; concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo; limitação do valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar e distribuição dos resultados, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado.

44. Marque a resposta correta.

- a) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, somente: os menores de dezesseis anos; os que, por deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- b) São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer, somente: os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; os ébrios habituais e os viciados em tóxicos que tenham o discernimento reduzido; os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo; e os pródigos.
- c) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se alguém, feito prisioneiro, não for encontrado até quatro anos após o término da guerra.
- d) Os direitos de personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, com exceção dos casos previstos em lei, não podendo seu exercício sofrer limitação voluntária. Ocorrendo ameaça ou lesão a direito de personalidade, pode-se exigir a sua cessação e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.
- e) A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais, esportivos ou de assistência.

45. Marque a resposta incorreta.

- a) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- b) Considera-se bem imóvel, para efeitos legais, o direito à sucessão aberta.
- c) A impenhorabilidade do bem de família decorrente de previsão legal é oponível no processo trabalhista, exceto quanto aos créditos de trabalhadores da própria residência e das respectivas contribuições previdenciárias.
- d) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar da sua celebração. Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.
- e) É nulo o negócio jurídico, entre outras hipóteses previstas em lei, quando: o motivo determinante de uma das partes for ilícito; tiver por objetivo fraudar lei imperativa; e a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.

## DIREITO COMERCIAL

46. Marque a resposta correta.

Segundo a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, o empregado eleito para ocupar cargo de diretor de sociedade anônima:

- a) Tem o respectivo contrato de emprego suspenso, não se computando o tempo de serviço deste período, exceto se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego.
- b) De regra, tem o respectivo contrato de emprego interrompido, computando-se o tempo de serviço do período do mandato.
- c) De regra, tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, computando-se, porém, o tempo de serviço deste período.
- d) O exercício do cargo de direção, em nenhuma hipótese, interfere na situação jurídica do contrato de emprego.
- e) Tem o respectivo contrato de emprego suspenso, não se computando, em razão disso, o tempo de serviço deste período.

47. Marque a resposta correta.

Segundo a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, os débitos trabalhistas das entidades submetidas aos regimes de intervenção ou liquidação extrajudicial:

- a) Estão sujeitos a correção monetária desde o respectivo vencimento até seu efetivo pagamento, sem interrupção ou suspensão, não incidindo, entretanto, sobre tais débitos, juros de mora.
- b) Estão sujeitos a correção monetária desde a data do ajuizamento da reclamação trabalhista até seu efetivo pagamento, sem interrupção ou suspensão, não incidindo, entretanto, sobre tais débitos, juros de mora.
- c) Estão sujeitos a correção monetária e juros de mora desde o respectivo vencimento até seu efetivo pagamento, sem interrupção ou suspensão.
- d) Estão isentos de correção monetária.
- e) Todas as respostas anteriores estão erradas.

48. Marque a alternativa incorreta.

- a) Constituem princípios da Política Nacional de Relações de Consumo, conforme o Código de Defesa do Consumidor, entre outros: educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo; e a racionalização e melhoria dos serviços públicos.
- b) A inversão do ônus da prova está expressamente prevista no Código de Defesa do Consumidor, como um dos direitos básicos do consumidor visando à facilitação da respectiva defesa, estando o juiz cível autorizado, a seu critério, a aplicá-la quando for verossímil a alegação ou quando o consumidor for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência.
- c) A inversão do ônus da prova a favor do consumidor depende da aplicação da pena de revelia.
- d) Na sociedade anônima ou companhia, o capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço da emissão das ações que subscrever ou adquirir.
- e) Considera-se aeronauta o profissional habilitado pelo Ministério da Aeronáutica, ou atual Ministério da Defesa, que exerce atividade a bordo de aeronave civil nacional, mediante contrato de trabalho, bem assim quem exerce atividade a bordo de aeronave estrangeira, em virtude de contrato de trabalho regido pelas leis brasileiras.

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO

49. Analise as proposições abaixo:

I - são isentos de contribuição para a seguridade social as entidades beneficiárias de assistência social que sejam reconhecidas como de utilidade pública pelo Poder Legislativo;

II - a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - a Constituição Federal prevê a contribuição do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, admitindo a incidência de contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social, desde que obedecidas as condições fixadas em lei;

IV - com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social, em adição aos recursos de sua arrecadação, a União poderá constituir fundo integrado por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e a administração desse fundo.

- a) todos os itens são corretos;
- b) os itens II, III e IV são corretos;
- c) os itens I, III e IV são incorretos;
- d) os itens II e IV são corretos;
- e) os itens II e III são corretos.

50. Sobre o seguro-desemprego é correto afirmar-se:

- a) são beneficiários apenas os trabalhadores urbanos;
- b) o trabalhador temporário urbano tem direito ao benefício;

- c) sua natureza jurídica é de salário, destinado a recompor as perdas sofridas pelo trabalhador com a dispensa sem justa causa;
- d) embora seja benefício previdenciário, segundo a Constituição Federal, quem o paga é o Ministério do Trabalho;
- e) não pode ser instituído em favor dos empregados domésticos, por expressa disposição.